

Carlos Selvagem

# PORTUGAL MILITAR

## COMPÊNDIO DE HISTÓRIA MILITAR E NAVAL DE PORTUGAL



temas portuguesas

Portugal Militar nasceu em 1926, quando o então Ministério da Guerra decidiu dotar as Escolas Militares com um compêndio que abrangesse a História Militar e Naval da Pátria Portuguesa.

Da feitura da obra foi encarregado o Capião de Cavalaria Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, conhecido no mundo literário pelo pseudónimo de Carlos Selvagem, quem através de uma personalidade exaltante, nascida da fusão perfeita entre o soldado ilustre e o escritor de talento, iria transformar um manual para uso de cadetes no clássico mais representativo da literatura militar portuguesa.

Obra excelentíssima, repositório comovente e avassalador da glória militar de uma Nação levantada em armas, Portugal Militar saiu à estampa em 1931, para rapidamente ganhar o estatuto de livro de cabeceira de gerações de soldados e marinheiros, amigo fiel de todas as horas, lenitivo para os momentos de frustração, guia vibrante e iluminado pelo exemplo permanente da gesta imortal dos heróis da Pátria.

Interessando aos mais variados estratos culturais do Povo Português, igualmente apetecido por civis e militares, Portugal Militar esgotou a sua primeira edição de exemplares impressos e converteu-se numa raridade avidamente procurada em bibliotecas e alfarrabistas por todos os que da História Portuguesa faziam mister ou devoção.

Sem nunca perder a actualidade — que o relato dos factos passados é matéria viva aos olhos dos vindouros — a obra de Carlos Selvagem corria no entanto o risco de se ver limitada ao conhecimento dos eruditos, e a cair — mais

tarde ou mais cedo — no esquecimento do grande público que a ela tão prontamente havia aderido. Assim, e para facultar à vasta gama de estudiosos da História a consulta e posse física deste insuperável trabalho de investigação, a Direcção e o corpo docente do Instituto de Altos Estudos Militares decidiram propor à Imprensa Nacional-Casa da Moeda o lançamento de uma reimpressão do Portugal Militar, cientes de estarem a cumprir com os propósitos de divulgação das diferentes facetas da coisa militar, conforme consta dos preceitos éticos da sua condição didáctica e formativa.

Atendeu a Imprensa Nacional à sugestão do Instituto, e procedeu ao relançamento do livro de Carlos Selvagem nesta nova impressão que o leitor agora tem nas mãos. Diante dos seus olhos vão pois desfilar — envoltas na névoa do tempo e batidas pelo vento da glória — as figuras imortais dos nossos maiores, da fundação ao apogeu, do renascer restaurado à decadência do regime monárquico. Vê-las-á retratadas, de forma sublime, nos feitos épicos da guerra ou manobrando nas naus rasgando o mar. Aqui vão aparecer carregando ao toque vibrante dos clarins, para ali enfrentarem com estoicismo a tempestade aferradas ao leme da própria Pátria. E numa sucessão de imagens de exemplar patriotismo, escritas com a alma mais que com a pena, verá o leitor passar um Povo inteiro — gigantesco na vitória e na tragédia — amalgama convulso de civis e militares, ricos e pobres, nobres ou plebeus, irmanados na concretização apaixonada do sonho milenar da eternidade da Pátria Portuguesa.

*Ao contra-almirante*

*Carlos Viegas Gago Coutinho*

*e às memórias gloriosas*

*do major de cavalaria*

*Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque*

*e do marechal do exército*

*Manuel de Oliveira Gomes da Costa,*

*Portugueses de ouro,  
da linhagem dos grandes navegadores  
e capitães da Africa e da India*

*O. & C.*

*O Autor.*

# INTRODUÇÃO

Antes de entrarmos no assunto do nosso livro paremos de capital importância advertir o leitor das características da obra, dos limites que as circunstâncias lhe assinalaram, dos altos fins a que visou e ainda das intenções que à sua factura presidiram.

Nascido da necessidade instantânea de fornecer às gerações novas de oficiais um compêndio de estudo que abrangesse na mesma clara síntese a visão panorâmica do génio militar dos portugueses, quer no tipo tradicional das suas instituições orgânicas, quer na história integral da sua actividade combativa, que chegou a ter por teatro os quatro cantos do mundo, conformou-se o autor a não exceder os limites dum elementar bosquejo de vulgarização, necessariamente conciso, sem veleidades críticas ou eruditas, nem intenções ideológicas de qualquer natureza, e muito menos sem a estulta pretensão de esgotar a matéria ou de trazer quaisquer ensinamentos novos aos estudiosos que em tais assuntos se especializaram.

A história, porém, para deixar de ser um sêco luxo de eruditos, precisa de se tornar sobretudo uma lição moral. Essa consideração induziu-nos a apresentar obra que nem patinasse no ermo de certos criticismos negativistas, nem resvalasse nas redundâncias de certo patriotismo enfatuado, mas que, expungida de toda a retórica e de toda a grama

das grosseiras prevenções ideológicas, sem turvar a água límpida das fontes primordiais, sem desvirtuar a verdade contrastada dos factos, nem prejudicar a probidade e concisão indispensáveis a todo o trabalho didáctico, pudesse levar transparentemente à alma de quantos por necessidade ou gôsto o lerem a íntima certeza de que uma razão superior de ser, quasi transcendente no mistério da sua origem e no milagre da sua permanência, informa e anima toda a nossa vida ancestral de pátria quasi milenária. Que tamanha certeza se instile para sempre no coração e no espírito dos futuros oficiais do exército—e eis realizada a melhor parte da nossa tarefa, sem que nos pese o remorso da menor falta de probidade mental.

Basta, de facto, um estudo desapaixonado, sereno, mas integral e atento, da história da Península para nos levar à definitiva conclusão de que, ou por motivos étnicos ou por quaisquer outros ignorados ainda, mas incoercíveis, a gente que, desde o fundo dos séculos, tem habitado e labutado nesta faixa ocidental da Península soube manter sempre, na aparente dispersão do seu génio, uma tal unidade psicológica, uma tal permanência de caracteres primários, um tam flagrante parentesco ou identidade de feições morais, que não há artificios de imaginação ou de erudição que logrem desvirtuá-la. Nem os milagres do Acaso, consoante alguns pretendem, nem as leis gerais da formação e conservação das nacionalidades cristãs neo-latinas, segundo o sêco dogmatismo de outros, nem as injunções da fatalidade geográfica ou da tirania económica, no frívolo parecer de terceiros, explicam suficientemente êsse raro fenómeno de persistência colectiva, *a indestrutível tenacidade dessas raízes profundas que nenhuma charrua destrói, apesar de revôlta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagadas as fôlhas e troncos pelo tropear dos cavalos de guerra, depois de queimadas e reduzidas a cinzas*

*pelos incêndios das invasões, pois, embora se lancem novas sementes à terra e nasçam vegetações novas — essas raízes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu e, afinal, convertem ou esmagam, transformam ou exterminam de um modo obscuro, lento, mas invencível, as plantas intrusas*<sup>1</sup>.

*A permanência dos caracteres primitivos dos povos, facto hoje indiscutível — acrescenta o mesmo historiador — permite fazer, se a expressão se nos consente, a história ao inverso: julgar de hoje para ontem, inferir do actual para o passado.* E de facto — acrescentamos nós — basta um exame superficial da nossa história militar para podermos, no âmbito que nos interessa, corroborar a asserção do historiador e encontrar motivos plausíveis para podermos filiar a nossa índole militar na dessas trinta<sup>2</sup> tribos de bravos e rudes montanhese de Aquém Douro que, segundo o testemunho de Estrabão, tam fortemente se destacavam dos outros povos da Ibéria «pelo valor e agilidade na luta, pela sobriedade, pelo amor feroz da independência, pelo ódio ao estrangeiro, pela insubmissão permanente, pelo exagerado personalismo, pela falta de solidariedade, pela tendência para o isolamento, pela firmeza na lealdade levada até o *sacrificio da vida*». Em nenhuma outra actividade histórica do génio português êsses caracteres ancestrais se revelam tam flagrantemente como na história da sua actividade militar; porque também por nenhum outro título a rude psicologia dêsses lusitanos se diferenciou mais caracteristicamente dos restantes povos e tribos da remota Ibéria: *os mais esforçados na guerra* os dizia Deodoro da Sicília; «os mais insubmissos e infatigáveis na resistência» os proclamaram, em pleno Senado, os cônsules que aqui

---

<sup>1</sup> Oliveira Martins, *História de Portugal*, vol. 1.

<sup>2</sup> R. Altamira, *Historia Geral da España y de la civilisation española*.

vieram impor, pela fôrça das aguerridas legiões romanas, a disciplina, a cultura e a civilização do Lácio.—*Si fortuna cecisset Romulos Lusitaniae*—disse do pastor Viriato, aos senhores de Roma, o senador Lucius Florus.

O problema das  
origens.

Posta assim a questão, importa declararmos desde já que em nada nos seduz o prazer de entrar também na velha contenda do problema das origens. Enigma cada vez mais complexo e nebuloso, não cremos que venha a resolver-se algum dia satisfatoriamente, nem isso importa necessariamente, ao nosso estudo. O antagonismo das proposições e das conclusões é irreduzível. No seu estado actual a questão não comporta sequer um terreno de mútuas transigências.

Herculano e a sua escola, eivados de germanismo, negam a existência de argumentos decisivos para se estabelecer sólidamente uma linha de continuidade, *uma natural transição entre lusitanos e portugueses*; os mesmos que se inclinam, como Oliveira Martins, para a teoria duma *originalidade colectiva no povo português em face dos demais povos da Península* resvalam por vezes em tam freqüentes contradições ou em tam propositadas omissões, que o seu pensamento, a coberto da imparcialidade científica, nunca chega a definir-se concretamente; outros, como Basílio Teles, embora convictos das virtualidades dum *individuo colectivo, bem conformado e robusto, pátria homogénea e una, vigorosamente destacada dos outros povos da Península*, deixam-se arrastar tam apaixonadamente pelo ciúme regionalista que, scindindo arbitrariamente em duas metades, moralmente antípodas, a população do País, conferem à metade nortenha a honra de a considerar a legítima representante da heróica linhagem dos barões portugalenses que talharam a golpes de montante os caboucos da monarquia. Outros ainda, mais ecléticos, mais despejados de prejuízos, autorizando-se de Herculano e de Oliveira Martins, fundam na

situação dos portos, no factor geográfico e nas conseqüências económico-políticas do excelente pôrto natural de Lisboa as razões essenciais da independência nacional. Finalmente os mentores de certa ideologia política nacionalista, contra-revolucionária, de formação recente, estribados nas asserções do professor Silva Teles quanto à unidade geomorfológica do território português na Península—autonomia geográfica que justamente mais teria contribuído para a autonomia política da nação—armados ainda dum sem número de argumentos positivos, respigados aqui e além, na antropologia, na etnologia, na pre-história, na lingüística, dão a mão por sôbre os historiadores do século passado aos historiógrafos nacionais dos séculos XVI e XVII e vão encontrar nos antigos montanhese lusitanos não só os avoengos pre-históricos dos portugueses, mas ainda a única raça tipicamente autóctone da Península, isto é, os legítimos donos da casa.

Assim, perante o estado actual da questão e o irritável antagonismo dos contendores, não nos autorizam os estreitos limites dêste estudo a emitir também aqui opinião definitiva ou provisória, sequer. O que de mais honesto nos é lícito fazer é a simples exposição ou enunciado das opiniões em conflito. Em trabalhos desta natureza a prudência o aconselha e a probidade também.

Consideraríamos, todavia, o nosso trabalho lamentavelmente omisso e mutilado se aqui não fizéssemos uma breve resenha da história, fastos e costumes militares de todas as populações que preexistiam ou vieram estabelecer-se nas terras altas do ocidente da Península (coração da antiga Lusitânia) antes da formação do Estado portugalense. Se é quimérica a hipótese dum obscuro mas íntimo parentesco dos soldados portugalenses de Afonso Henriques e do *Lidador* com os bucelários romano-godos de el-rei Vamba



e, por via dêstes, com os legionários hispano-romanos de Sertório, netos mestiços dos bárbaros companheiros de Viriato, não é temerário afirmar que os costumes militares destas sucessivas sociedades se forâm introduzindo, fazendo tradição, influindo nas camadas profundas da população, em termos de se terem pegado tam vivamente à terra como as raízes das carvalheiras seculares.

Os lusitanos.

Aos lusitanos compete, pela sua venerável antiguidade, o lugar proeminente na escala. As mais remotas notícias os mencionam como os primitivos habitantes das terras altas a ocidente da Ibéria, rudimentarmente organizados numa federação de cêrca de trinta tribos, ocupando quási todo o norte do actual Portugal e parte da Estremadura espanhola, e constituindo, segundo um autor grego, «a mais poderosa das nações ibéricas».

Meio guerrilheiros, meio pastores, de costumes bárbaros e essencialmente belicosos, andavam sempre armados, vivendo em perpétuo estado de guerra com os povos vizinhos. As armas eram a espada curta, o escudo redondo e côncavo de dois pés de diâmetro, a lança, o cutelo, o punhal e dardos de cobre. Serviam-se de cavalos para a guerra, montando em cada cavalo geralmente dois homens, um dos quais se apeava, ao entrar em combate. Vitoriosos, cortavam a mão direita aos vencidos e liam augúrios nas entranhas ainda fumegantes de um prisioneiro votado ao sacrificio, pois prestavam culto a um politeísmo grosseiro, em que sobressaíam os dois deuses da guerra e um certo deus superior — Endovélico — talvez comum a outros povos da Ibéria.

Frugais e sóbrios, mas ágeis e fortes, dormiam no chão durò, banhavam-se em água fria, alimentavam-se de pão de farinha de bolotas, de leite, de manteiga, de mel, raras vezes de carne de bode, e bebiam por vasos de cera uma

espécie de cerveja ou cidra. As mulheres ataviavam-se de côres garridas; os homens vestiam-se em geral de negro ou côres sombrias, com samarras de lã ou pele de cabra, e deixavam crescer os cabelos como as mulheres, atando-os em tufo ao alto da testa para entrarem em combate. As festas eram jogos gymnásticos, de pugilato e corrida, ou danças guerreiras à maneira das pírricas dos lacedemónios.

Como virtudes comuns a outros povos iberos, todos os autores antigos dão testemunho da sua intrepidez heróica, resistência física e lealdade levada ao sacrificio da vida; mas extremamente individualistas, ciosos de liberdade, orgulhosos, insubmissos a toda a autoridade regular, só a guerra os compelia a eleger e acatar um chefe. Por isso os interesses colectivos eram tratados tumultuosamente em grandes assembléas que tinham ainda certo carácter militar, pois era batendo nos escudos com as espadas que os homens aprovavam as resoluções propostas.

Com gente de tal índole não deve surpreender que a Lusitânia tivesse sido um perpétuo campo de batalha e que as sucessivas invasões que sofreu tivessem sido assinaladas por sôbre-humanos rasgos de heroísmo. Foram os fenícios os primeiros povos estrangeiros que, talvez por fins do século xv, a. C., estabeleceram comércio e fundaram colónias no litoral da Lusitânia. Povo semita do Levante, o seu génio, essencialmente mercantil e marítimo, exercia-se de preferência, por meios pacíficos, para o comércio e para exploração de minas. Nesse intuito se internaram em várias regiões da Península, levando aos iberos as primeiras luzes da civilização mediterrânea — a moeda, as indústrias, as artes e talvez mesmo o conhecimento do alfabeto. Assim chegaram a exercer um domínio positivo em várias regiões da Ibéria, sobretudo pela superioridade da sua cultura; mas, sendo de crer que nem sempre essa dominação tivesse

Os fenícios.

sido aceite sem resistência, nenhuma notícia escritas chegaram até nós dessas prováveis lutas.

Os gregos.

Com a queda de Tiro, metrópole fenícia (575 a. C.), findou na Península a sua dominação. Foi então que, por seu turno, os gregos do Grande Século vieram fundar colónias nas costas ibéricas do Mediterrâneo e Atlântico, tendo, por isso, chegado também à Lusitânia, embora remotamente, o reflexo da superior civilização helénica.

Os cartagineses.

Mais tarde os cartagineses, descendentes directos dos fenícios, já senhores da navegação e de inúmeras colónias no Mediterrâneo, expulsaram por sua vez os gregos do litoral da Península: e, no século III a. C., depois das vitoriosas campanhas de Hamilcar Barca, impuseram o seu jugo militar e político aos territórios do sul do Ebro e a várias tribos da Lusitânia.

Roma e Cartago.

Mas Roma, que entretanto gastára dois séculos em organizar-se política e militarmente, depois de submeter e unificar toda a península itálica desde os Alpes ao estreito de Messina, ao chegar, na sua ambição imperialista, à Sicília, esbarrou com Cartago, que se lhe avantajava em riqueza e em poderio militar e naval. A necessidade vital do senhorio exclusivo do Mediterrâneo arrojou os dois colossos um contra o outro, numa diuturna luta de vida ou de morte, no mar e em terra. Foram essas famosas guerras púnicas (264-146 a. C.) que abreviaram a dominação cartaginesa na Península. Vencida e destruída Cartago, aniquilado o seu poder naval, a Hispânia ficava condenada a sofrer também

A invasão romana.

o jugo de Roma. E, de facto, já em 206 (a. C.), durante a segunda guerra púnica, Scipião, o *Africano*, passara à Espanha, reduzindo a províncias romanas as antigas colónias e zonas de influência cartaginesa (Cartagena, Cádiz, toda a Bética). Mas talvez porque os seus novos conquistadores fizessem pesar o seu jugo mais duramente que os gregos e cartagineses, foram necessários dois séculos de

# ÍNDICE DAS MATÉRIAS

INTRODUÇÃO . . . . . VII-XL

## PRIMEIRA ÉPOCA

(SÉCULO XI A COMEÇOS DO SÉCULO XV)

DA FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO REINO

---

### PRIMEIRO PERÍODO

(CRIAÇÃO DO CONDADO DE PORTUGAL)

GENERALIDADES.—INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E MILITARES DOS LEONESES . . . . .	2
I. Fernando Magno, de Castela.—Tomada de Coimbra . . . . .	13
II. A Galiza, reino independente . . . . .	14
III. Afonso VI de Leão e Castela . . . . .	15
Os dois condes borgoneses . . . . .	17
IV. O condado ou principado da Galiza . . . . .	18
V. O condado de Portugal.—D. Henrique, fronteiro de Portugal . . . . .	20
VI. Dona Tareja, infanta-rainha dos portugueses . . . . .	23
Batalha de S. Mamede . . . . .	28
VII. D. Afonso Henriques, conde de Portugal, feudatário de Leão . . . . .	29
A Ordem Militar do Templo em Portugal . . . . .	30
O plano da conquista da Galiza por Afonso Henriques . . . . .	32
Batalha de Cerneja . . . . .	35
Incursões dos mouros no sul . . . . .	36
O fossado de Ourique . . . . .	36
Quarta invasão da Galiza por Afonso Henriques . . . . .	38
Pazes de Zamora . . . . .	40

## SEGUNDO PERÍODO

(1143-1279)

(FORMAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL)

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E MILITARES DO NOVO REINO . . . . .	42
I. A conquista do sul.—Tomada de Santarém (1143) . . . . .	44
Cêrco de Lisboa (1147) . . . . .	46
Tomada de Alcácer.—Avanço para o sul . . . . .	49
Conquista do Alentejo . . . . .	51
II. Nova invasão da Galiza por Afonso Henriques . . . . .	52
III. Cêrco de Badajoz . . . . .	53
IV. Quarta invasão dos almohades na Península.—Cêrco de Santarém . . . . .	54
Expedição do infante D. Sancho a Sevilha . . . . .	55
A marinha militar de Afonso Henriques . . . . .	55
V. Nova investida dos almohades . . . . .	57
Invasão do Alentejo e segundo cêrco de Santarém . . . . .	58
VI. Sancho I, segundo rei de Portugal . . . . .	59
Primórdios do reinado.—Tomada de Silves . . . . .	62
Invasões do Algarve e Alentejo pelos mouros . . . . .	65
VII. Segunda fase do reinado.—Povoamento e organização defensiva do novo reino . . . . .	67
A milícia e a marinha real . . . . .	67
VIII. Última fase do reinado de D. Sancho I . . . . .	70
IX. Afonso II . . . . .	71
Lutas civis . . . . .	72
As milícias municipais de Portugal . . . . .	73
Guerra civil no reino . . . . .	76
Batalha de Navas de Tolosa . . . . .	78
X. Nova campanha contra os mouros . . . . .	81
Tomada de Alcácer . . . . .	81
XI. Invasão do Minho pelos leoneses.—Pazes . . . . .	85
XII. Sancho II e a conquista do Algarve . . . . .	86
Anarquia militar . . . . .	89
XIII. Afonso III e conclusão da conquista do Algarve . . . . .	91
As côrtes gerais de 1254 . . . . .	93
A questão do Algarve.—Pazes com Castela . . . . .	94
Anexação do Algarve à coroa e fixação dos limites territoriais do reino . . . . .	96

## TERCEIRO PERÍODO

(1279-1411)

(CONSOLIDAÇÃO E DEFESA DA INDEPENDÊNCIA)

I. Política militar e naval de D. Diniz . . . . .	100
Reorganização da potência militar do reino . . . . .	100
Nacionalização das Ordens Militares . . . . .	102
O «Regimento de Guerra» . . . . .	103
II. Lutas com Castela . . . . .	107
Organização da marinha militar . . . . .	107
Ordem Militar de Cristo . . . . .	111
III. Guerra civil . . . . .	114
IV. Afonso IV e as suas campanhas . . . . .	118
Guerras com Castela . . . . .	119
Batalha naval de S Vicente . . . . .	121
V. Nova invasão sarracena.—Salado . . . . .	122
VI. Guerra civil . . . . .	126
VII. D. Pedro I e as suas expedições militares e navais a Castela . . . . .	127
VIII. Política externa e campanhas de D. Fernando . . . . .	130
IX. Primeira guerra com Castela (1369-1371) . . . . .	130
A crise política . . . . .	135
X. Segunda guerra com Castela (1373) . . . . .	136
Cêrco de Lisboa.—Operações no Minho. . . . .	138
XI. Reformas militares de D. Fernando. . . . .	141
Fortificação de Lisboa.—Marinha real . . . . .	143
XII. Terceira campanha de D. Fernando (1381) . . . . .	145
A aliança militar inglesa. . . . .	145
Batalha naval de Saltes.—Operações militares . . . . .	146
Novas reformas militares de D. Fernando . . . . .	151
Pazes de 1383.—Últimos dias do reinado . . . . .	153
XIII. A crise político-social.—Revolução de Lisboa . . . . .	153
XIV. A guerra da Independência (1383-1411) . . . . .	158
Atoleiros . . . . .	160
Cêrco de Lisboa. . . . .	161
Operações militares no norte. . . . .	163
Operações militares no sul . . . . .	164

XV. Côrtes de Coimbra.—D. João I, rei de Portugal . . . . .	166
XVI. Invasão castelhana pela Beira.—Cêrco de Badajoz . . . . .	167
Aljubarrota . . . . .	168
Invasão de Castela por Nuno Álvares.—Valverde . . . . .	176
Operações de ocupação no norte.—Cêrco de Chaves . . . . .	178
XVII. Invasão de Castela pelos portugueses.—Cêrco de Cória . . . . .	179
Entrada na Galiza.—A aliança militar inglesa . . . . .	180
Interregno de paz.—Reformas militares . . . . .	181
Tréguas por quinze anos . . . . .	182
XVIII. Renovação das hostilidades . . . . .	183
Terceira invasão de Portugal . . . . .	184
Ataque à praça de Alcântara pelos portugueses. . . . .	185
XIX. Fim da guerra.—Pazes de 1411. . . . .	185

## SEGUNDA ÉPOCA

(1415-1640)

DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DA NACIONALIDADE

### PRIMEIRO PERÍODO

(1415-1498)

(DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS ULTRAMARINAS)

CAUSAS GERAIS DA EXPEDIÇÃO A CEUTA . . . . .	187
REFORMAS MILITARES DE D. JOÃO I . . . . .	190
I. Expedição militar a Ceuta.—Tomada de Ceuta . . . . .	193
Comêço dos descobrimentos marítimos.—D. Henrique . . . . .	195
II. Reformas militares de D. Duarte I . . . . .	200
III. Expedição a Tânger.—Fim do reinado . . . . .	202
IV. Guerra civil . . . . .	206
V. Regência de D. Pedro.—Pólitica interna . . . . .	207
As «Ordenações Afonsinas» . . . . .	209
VI. Guerra civil.—Afonso V, rei de Portugal . . . . .	210
Alfarrobeira . . . . .	211
VII. A política de expansão depois de Alfarrobeira . . . . .	212
Novos descobrimentos . . . . .	213
Primeira expedição de Afonso V a Marrocos.—Alcácer-Sé- guer . . . . .	215
Últimos descobrimentos em vida de D. Henrique . . . . .	218

VIII. Os descobrimentos depois da morte de D. Henrique . . . . .	219
Segunda expedição militar a Marrocos . . . . .	219
Terceira expedição a Marrocos.—Arzila . . . . .	222
IX. Continuação dos descobrimentos . . . . .	224
X. Intervenção de Afonso V na política geral da Península . . . . .	225
Campanha de Afonso V em Castela . . . . .	226
Batalha de Toro . . . . .	230
XI. Reinado de D. João II.—«O Príncipe Perfeito» . . . . .	233
Lutas do rei contra a nobreza . . . . .	234
XII. Descobrimientos e conquistas no tempo de D. João II. . . . .	234
O pensamento imperialista de D. João II . . . . .	236
A potência militar e naval da Nação . . . . .	237
Novos descobrimentos no sul de África . . . . .	239
Marrocos e o pensamento imperialista de D. João II . . . . .	239
Descobrimiento do Cabo da Boa Esperança . . . . .	241
Recrudescimento da actividade militar em Marrocos . . . . .	243
XIII. Primeira expedição naval à Índia . . . . .	244
Descobrimiento oficial da América do Sul . . . . .	251

## SEGUNDO PERÍODO

(1500-1580)

(DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS NA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA)

GENERALIDADES.—SITUAÇÃO INTERNA DO REINO NO SÉCULO XVI . . . . .	253
A marinha militar portuguesa no século XVI . . . . .	255
Armamento individual . . . . .	255
Organização militar-naval do reino . . . . .	256
I. PRIMEIRA FASE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DE ALÉM-MAR . . . . .	258
Primeiras conquistas no Oriente.—Expansão portuguesa no Atlântico.—Segunda viagem de Vasco da Gama à Índia.—Duarte Pacheco Pereira.—Coligação dos rajás de Guzerate contra os portugueses.—Defesa de Cochim.—Consequências da vitória de Duarte Pacheco . . . . .	258
Em Marrocos . . . . .	263
II. PRIMEIROS PROJECTOS DO IMPERIALISMO PORTUGUÊS . . . . .	264
D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia . . . . .	265
Coligação de Veneza, da Turquia e do Egipto contra os portugueses no Oriente.—Nova coligação dos rajás do Canará contra os portugueses.—Batalha naval de Cananor . . . . .	267
Planos de imperialismo marítimo de D. Francisco de Almeida.—D. Manuel e a Índia . . . . .	269



III. AFONSO DE ALBUQUERQUE . . . . .	269
Plano de imperialismo territorial de Afonso de Albuquerque . . . . .	271
Operações de guerra contra Ormuz.—Tomada de Ormuz.—Resistência de toda a Índia contra os portugueses.—Divisão administrativa do império português da Índia.—Batalha naval de Dio . . . . .	273
As conquistas de Albuquerque.—Plano de conquista da Índia . . . . .	278
Primeira tomada de Goa.—Segunda tomada de Goa.—Expedição a Malaca.—Tomada de Malaca.—Expedição de Albuquerque contra Aden . . . . .	283
Em Marrocos.—Tomadas de Azamor, Tete e Almedina . . . . .	283
No Oriente.—Segunda expedição de Albuquerque a Ormuz . . . . .	284
IV. O IMPÉRIO PORTUGUÊS NO ORIENTE DEPOIS DA MORTE DE ALBUQUERQUE . . . . .	285
A viagem de circunnavegação por F. de Magalhães . . . . .	287
O Oriente português até à morte de D. Manuel . . . . .	289
V. SEGUNDA FASE DO IMPERIALISMO PORTUGUÊS DE ALÉM-MAR.—D. João III e as suas tentativas de organização e administração do império . . . . .	290
Vasco da Gama.—D. Henrique de Meneses . . . . .	291
A organização e colonização do Brasil . . . . .	293
No Oriente.—Govêrno de Nuno da Cunha . . . . .	295
O poderio marítimo de Portugal . . . . .	297
Expedição auxiliar portuguesa para a tomada de Túnis . . . . .	298
Levantamento da Índia contra os portugueses.—Ataque súbito aos portugueses de Dio.—Primeiro cêrco de Dio.—Governos de D. Estêvão da Gama e de Martim Afonso de Sousa . . . . .	300
Organização da milícia portuguesa na Índia . . . . .	304
Organização da milícia portuguesa na Índia . . . . .	305
VI. A defesa das costas do reino . . . . .	306
VII. DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA COLONIAL DE D. JOÃO III.—No Oriente.—Govêrno de D. João de Castro.—Guerra de Cambaia.—Segundo cêrco de Dio.—Novas campanhas de D. João de Castro . . . . .	307
Reformas na colonização do Brasil . . . . .	310
Abandono das praças de África.—Arzila e Alcácer-Séguer . . . . .	310
Abandono das praças de África.—Arzila e Alcácer-Séguer . . . . .	311
VIII. ORGANIZAÇÃO MILITAR TERRITORIAL DO REINO . . . . .	311
Novas guerras na Índia.—D. Afonso de Noronha.—D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto.—Sintomas de decadência do império português no Oriente.—D. Constantino de Bragança . . . . .	312
Novas guerras na Índia.—D. Afonso de Noronha.—D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto.—Sintomas de decadência do império português no Oriente.—D. Constantino de Bragança . . . . .	316

IX. O DOMÍNIO PORTUGUÊS NO ATLÂNTICO.—Angola e Brasil . . .	316	317
Na Índia.—Conquista de Ceilão . . . . .		317
Na metrópole e em Marrocos.—Cêrco de Mazagão.—Renascimento da política de Marrocos . . . . .	317	318
Novas campanhas na Índia e no Brasil . . . . .		319
X. ÚLTIMA FASE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DE ALÉM-MAR.—Derradeiras vitórias militares no Oriente.—O reinado de D. Sebastião. .		322
XI. REORGANIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL.—A instituição das «Ordenanças do Reino».—Lei de 9 de Dezembro de 1569 . . . . .		323
XII. PORTUGAL E SEUS DOMÍNIOS TERRITORIAIS . . . . .		326
No Oriente.—Nas Molucas, na Índia e em África.—Campanhas de D. Luiz de Ataíde.—Primeira expedição ao Monomotapa.—Cêrco de Malaca.—Segunda expedição ao Monomotapa.—Expedição da conquista de Angola.—Guerras nas Molucas . . . . .		327
		332
XIII. INTERVENÇÃO DE D. SEBASTIÃO NA POLÍTICA INTERNA DE MARROCOS		333
A arte da guerra na Europa.—Escola militar hispano-italiana.—Organização e armamento da infantaria.—Tática da infantaria.—Organização, armamento e tática da cavalaria.—A artilharia.—Tática geral . . . . .		333
Projectos da conquista de Marrocos.—Expedição de 1578.—Batalha de Alcácer-Quibir e suas conseqüências. .	336	340
XIV. INVASÃO DE PORTUGAL.—Entrada pelo Alentejo.—Combate de Cascais.—Acção de Alcântara.—Ocupação de Lisboa e pacificação do reino . . . . .		341
		347

## TERCEIRO PERÍODO

(1581-1640)

(DECLÍNIO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ULTRAMAR)

CONSIDERAÇÕES GERAIS.—A monarquia dualista de Portugal-Espanha		348
A subjugação da Ilha Terceira.—Batalha naval de Vila Nova do Campo . . . . .		349
I. PORTUGAL-ATLÂNTICO.—Na Índia.—Em Angola.—No Brasil . .		350
II. PRIMEIRAS LUTAS DOS PORTUGUESES COM OS INIMIGOS DA MONARQUIA ESPANHOLA.—Guerra marítima com a Inglaterra.—Projectos de invasão da Inglaterra por Filipe II de Espanha.—A Invençível Armada. . . . .		352
III. GENERALIZAÇÃO DA GUERRA DA INGLATERRA A PORTUGAL.—Novas guerras no ultramar português . . . . .		357

IV. GENERALIZAÇÃO DAS LUTAS NO ULTRAMAR COM INGLESES, HOLANDESES E FRANCESES . . . . .	362
Os franceses no Brasil.—Os holandeses no Oriente.—Os ingleses na Índia.—Perda de Ormuz . . . . .	363
V. A GUERRA DOS «TRINTA ANOS» . . . . .	365
VI. GRANDE OFENSIVA DOS HOLANDESES NO BRASIL.—Primeira fase das operações . . . . .	367
Segunda fase das operações.—Conquistas dos holandeses no Brasil.—Últimas operações dos holandeses no Brasil . . . . .	374
VII. A CRISE DA MONARQUIA ESPANHOLA.—Suas conseqüências em Portugal . . . . .	374
VIII. A REVOLUÇÃO SEPARATISTA DE 1 DE DEZEMBRO DE 1640 . . . . .	375

## TERCEIRA ÉPOCA

(1641-1801)

A NAÇÃO PORTUGUESA NO EQUILÍBRIO EUROPEU

### PRIMEIRO PERÍODO

(1641-1668)

(CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO)

CONSIDERAÇÕES GERAIS.—Política militar do reino . . . . .	377
A evolução da tática.—Tática holandesa.—Tática sueca . . . . .	379
Reorganização militar de Portugal . . . . .	383
Política externa de Portugal . . . . .	388
CONQUISTAS DOS HOLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA . . . . .	389
ROMPIMENTO DAS HOSTILIDADES COM A ESPANHA . . . . .	391

### PRIMEIRA FASE

#### DAS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

De 1641 a 1646 . . . . .	392
I. Operações militares no reino até ao combate de Telena.—A ofensiva dos portugueses em 1643.—Batalha do Montijo.—Combate de Telena . . . . .	392 401
II. Operações militares no ultramar.—Restauração do Maranhão.—A guerra em Pernambuco.—Batalha de Tabocas . . . . .	401 407

SEGUNDA FASE  
DAS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

De 1647 a 1656 . . . . .	407
I. A guerra defensiva no reino de 1647 a 1656 . . . . .	408
II. Operações militares no Brasil e em Angola.—Ofensiva holandesa no Brasil.—Preparativos dos portugueses.—O general Barreto de Meneses.—Primeira batalha dos Gararapes.—Segunda batalha dos Gararapes.—Restauração de Angola . . . . .	409 417
III. No Oriente.—O cêrco de Colombo e a perda de Ceilão . . . . .	417

TERCEIRA FASE  
DAS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

De 1657 a 1660 . . . . .	425
I. Operações militares no reino.—Enérgica ofensiva dos espanhóis O cêrco de Badajoz.—No Minho.—No Alentejo: o cêrco de Elvas.—Batalha das linhas de Elvas . . . . .	426 427 432
II. Política de Mazarino e suas conseqüências militares para Portugal . . . . .	432

QUARTA FASE  
DAS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

De 1660 a 1668 . . . . .	433
GENERALIDADES.—SCHOMBERG.—AS REFORMAS MILITARES DE TURENNE.— ESCOLA MILITAR FRANCESA . . . . .	434
ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DO ALENTEJO . . . . .	436
I. Ofensiva geral dos espanhóis . . . . .	438
II. Segunda ofensiva dos espanhóis no Alentejo e no Minho . . . . .	440
III. Política interna.—O conde de Castelo Melhor . . . . .	441
IV. Terceira ofensiva de D. João de Áustria.—Batalha do Ameixial . . . . .	441
V. Contraofensiva dos portugueses.—Batalha de Castelo Rodrigo . . . . .	446
VI. Última ofensiva dos espanhóis.—Batalha de Montes Claros . . . . .	449
Política interna.—Queda de Castelo Melhor.—Pazes de 1668 . . . . .	452

SEGUNDO PERÍODO  
(1704-1801)

(CAMPANHAS E REFORMAS MILITARES NO SÉCULO XVIII)

CONSIDERAÇÕES GERAIS . . . . .	453
I. A guerra da Sucessão de Espanha . . . . .	454
Portugal e a quádrupla aliança.—Primeiras operações militares na Península . . . . .	455
Primeira fase da guerra.—Invasão de Portugal . . . . .	456
Segunda fase da guerra.—Campanha do marquês das Minas . . . . .	457

Batalha de Almansa . . . . .	461
Última fase da guerra.—1708—1712 . . . . .	461
Negociações de paz.—O tratado de Utrecht.—Consequências para Portugal . . . . .	463
II. D. João V e as instituições militares . . . . .	463
A reorganização militar de 1707.—As «Novas Ordenanças»	464
A marinha real . . . . .	467
III. Operações de guerra.—A batalha naval do Cabo de Matapan. . . . .	468
Expedições navais à costa de Angola . . . . .	469
As campanhas das Novas Conquistas na Índia . . . . .	470
IV. As reformas de Pombal e o exército . . . . .	471
Generalidades.—Pombal e as instituições militares . . . . .	471
Portugal na guerra dos «sete anos» . . . . .	472
Escola militar prussiana.—Frederico II. . . . .	472
V. A campanha de 1762 . . . . .	475
Plano de campanha defensiva. . . . .	476
Novo e definitivo plano de Lippe para a defesa de Portugal.—Operações activas . . . . .	477
Reorganização do exército pelo conde de Lippe . . . . .	480
Novos conflitos militares com a Espanha . . . . .	482
VI. Últimas reformas e campanhas do século XVIII . . . . .	483
Considerações gerais. . . . .	483
A reorganização da marinha militar.—O Secretário de Estado Martinho de Melo . . . . .	483
A Revolução Francesa e a coligação militar das potências europeias . . . . .	484
VII. Campanhas do Russilhão e da Catalunha. . . . .	485
A divisão auxiliar portuguesa no Russilhão . . . . .	486
Consequências políticas para Portugal . . . . .	488
VIII. Novas guerras com a França e a Espanha.—Campanha naval do marquês de Nisa. . . . .	489
Campanha de 1801.—Perda de Olivença . . . . .	490

## TERCEIRO PERÍODO

(1807—1820)

(INVASÕES FRANCESAS E GUERRA PENINSULAR)

### I. GUERRA PENINSULAR

CONSIDERAÇÕES GERAIS.—Napoleão.—A paz de Tilsit . . . . .	492
PROJECTOS DE CONQUISTA DA PENÍNSULA . . . . .	494
I. Primeira invasão de Portugal.—Portugal e o seu poder defensivo	495
El-rei Junot.—A Espanha e a ambição napoleónica . . . . .	497

II. A Guerra Peninsular.—Considerações gerais . . . . .	498
A revolta em Portugal.—A junta do Pôrto . . . . .	501
Desembarque de Wellesley . . . . .	502
Combates de Óbidos e Roliça.—Batalha do Vimeiro . . .	504
Convenção de Sintra . . . . .	505
III. Segunda invasão da Península . . . . .	505
Reorganização da fôrça militar do reino . . . . .	506
Invasão da Espanha por Napoleão . . . . .	507
Avanço de Soutl sôbre Portugal . . . . .	509
Retirada de Soutl . . . . .	510
Operações de Wellesley depois da expulsão de Soutl . . .	511
Entrada dos franceses em Sevilha e ocupação francesa da Andaluzia . . . . .	513
O cêrco de Cadiz . . . . .	513
Preparação da terceira invasão de Portugal . . . . .	513
IV. Terceira invasão de Portugal . . . . .	514
Batalha do Buçaco . . . . .	516
V. Operações de Wellington em 1811 . . . . .	518
Batalha de Fuentes de Oñoro . . . . .	519
Operações na Estremadura espanhola . . . . .	519
Batalha de Albuera . . . . .	519
Cêrco de Badajoz . . . . .	520
VI. Ofensiva de Wellington em 1812 . . . . .	521
Plano estratégico de Wellington.—Suas operações . . . .	521
Batalha dos Arapiles . . . . .	522
VII. Campanha de 1813 —Nova ofensiva de Wellington . . . . .	524
Batalha de Vitória . . . . .	524
VIII. Operações militares em 1814.—Ultimas batalhas . . . . .	526
Batalha de Toulouse . . . . .	527
Abdição de Napoleão em Fontainebleau e tratado de Paris de 1814 . . . . .	527

## II. CONSEQUÊNCIAS MILITARES E POLÍTICAS DAS INVASÕES NAPOLEÓNICAS

I. Operações militares dos portuguezes noutros teatros da guerra	528
No Brasil: ocupação da Gúiana francesa . . . . .	528
Na Europa: a legião portuguesa ao serviço de Napoleão . . .	528
Licenciamento do exército portuguez de campanha (1814) . .	530
II. Reorganização do exército portuguez de 1816 . . . . .	530
III. Expedição militar a Montevidéu . . . . .	531
Conflito com a Espanha.—Continuação da guerra na Argentina	532
IV. Em Portugal.—Ditadura de Beresford.—Conspirações no exército	533
V. Revolução militar de 1820 . . . . .	534
Considerações finais . . . . .	535

## QUARTA ÉPOCA

(1820-1910)

DA REVOLUÇÃO LIBERAL À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

## PRIMEIRO PERÍODO

(1820-1834)

(CAMPANHAS DA LIBERDADE)

CONSIDERAÇÕES GERAIS . . . . .	53ç
I. A independência do Brasil. . . . .	53ç
Operações militares no Brasil . . . . .	54ç
II. A contra-revolução em Portugal. . . . .	54ç
III. Realeza de D. Miguel . . . . .	54ç
IV. Guerra civil.—Primeira fase . . . . .	54ç
A Ilha Terceira, acampamento dos liberais . . . . .	55ç
A expedição a Portugal . . . . .	55ç
V. Guerra civil.—Segunda fase. . . . .	55ç
Batalha da Ponte Ferreira . . . . .	55ç
Cêrco do Pôrto . . . . .	55ç
Batalha naval de S. Vicente . . . . .	56ç
Tomada de Lisboa . . . . .	56ç
Operações no norte e levantamento do cêrco do Pôrto . . . . .	56ç
Operações no sul e retirada do exército miguelista para Santarém . . . . .	56ç
Batalha de Almoester. . . . .	56ç
Batalha da Asseiceira . . . . .	56ç
Últimas operações. . . . .	56ç
VI. Convenção de Évora-Monte . . . . .	56ç

## SEGUNDO PERÍODO

(1834-1870)

(LUTAS POLÍTICO-MILITARES DO CONSTITUCIONALISMO—REFORMAS MILITARES)

## LUTAS POLÍTICO-MILITARES DO CONSTITUCIONALISMO

CONSIDERAÇÕES GERAIS. . . . .	56ç
I. Normalidade constitucional . . . . .	57ç
II. Nova guerra civil.—A Maria da Fonte e a Patuleia . . . . .	57ç
A Maria da Fonte . . . . .	57ç
A Patuleia liberal . . . . .	57ç

## REFORMAS MILITARES DO CONSTITUCIONALISMO

CONSIDERAÇÕES GERAIS . . . . .	577
III. Organização militar do liberalismo.—Exércitos semi-permanentes	577
Organização do exército de 1834 . . . . .	578
Reorganização do exército de 1836 . . . . .	578
Reorganização do exército de 1849 . . . . .	579
Reorganização do exército de 1862 . . . . .	579
Modernização do armamento . . . . .	579
Reorganização do exército de 1884 e posteriores . . . . .	580
IV. A marinha militar da Segunda Regeneração . . . . .	581

## TERCEIRO PERÍODO

(1866-1910)

(CAMPANHAS COLONIAIS NO SÉCULO XIX)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES . . . . .	583
Organização militar e campanhas de Moçambique . . . . .	586
Organização das fôrças da colónia . . . . .	587
Marinha colonial . . . . .	592
Armamento e uniformes . . . . .	592
I. AS CAMPANHAS DE MOÇAMBIQUE :	
Antecedentes . . . . .	593
I. Lutas pela conservação e defesa dos presídios da costa (1822-1863) . . . . .	595
II. Campanhas de penetração na Zambézia . . . . .	600
Os Bongas (1866-1869) . . . . .	601
Primeira expedição contra o Bonga (1866) . . . . .	601
Segunda expedição (1867-1868) . . . . .	601
Terceira expedição (1868-1869) . . . . .	601
Quarta expedição (1869) . . . . .	601
III. Lutas diplomáticas pela conservação dos domínios africanos . . . . .	602
As pretensões da Inglaterra . . . . .	602
A Sociedade de Geografia e o mapa côr de rosa . . . . .	603
Negociações com Inglaterra . . . . .	606
O congresso de Berlim . . . . .	606
IV. Campanhas de ocupação a oeste e norte . . . . .	607
Novas campanhas na Zambézia . . . . .	608
Primeira tomada de Massangano (1887) . . . . .	608
Segunda tomada de Massangano (1888) . . . . .	609



V. <i>Raids</i> de aventureiros do Cabo a Manica . . . . .	610
Defesa de Macequece . . . . .	611
VI. Campanhas do país de Gaza (1894-1896) . . . . .	613
Rebelião dos régulos de Lourenço Marques e ataque à cidade . . . . .	615
Combate de Marracuene . . . . .	618
VII. A guerra de Gaza contra o Gungunhana . . . . .	619
Combate de Magul . . . . .	621
Combate de Coolela . . . . .	623
A prisão do Gungunhana . . . . .	625
VIII. Últimas operações de ocupação no sul . . . . .	626
Submissão de Maputo . . . . .	626
IX. Campanhas de ocupação no norte . . . . .	627
Campanha dos Namarrais . . . . .	627
Combates de Naguema e de Ibraimo . . . . .	629
X. Últimas campanhas de Moçambique . . . . .	630
XI. Segunda campanha de Gaza . . . . .	631
Combate de Macontene . . . . .	633
XII. Campanha dos Prazos de Sena . . . . .	634
XIII. Expedições à Maganja da Costa e ao Mataka . . . . .	635
XIV. Campanha de Barué . . . . .	638
XV. Ocupação de Angoche . . . . .	640
<b>II. CAMPANHAS EM ANGOLA:</b>	
Antecedentes históricos . . . . .	643
Explorações geográficas e penetração militar depois de 1834 . . . . .	645
A questão do sul de Angola.—O Cuanhama . . . . .	647
I. No norte de Angola.—Os Dembos . . . . .	647
II. No sul de Angola. . . . .	648
No norte.—A insubmissão dos Dembos . . . . .	649
No sul.—Rebelião dos povos do Humbe . . . . .	649
Agravamento da situação no norte e no sul da colónia . . . . .	650
III. A primeira campanha contra os cuamatatas . . . . .	651
1904.—Expedição Aguiar ao Cuanhama . . . . .	652
Campanhas de 1905 e 1906 no sul de Angola . . . . .	653
Expedição ao Mulondo e razias nos Gambos . . . . .	653
Expedição ao Cuamato, Pocolo e Jau . . . . .	654
IV. Expedições de 1907 ao Cuamato e aos Dembos . . . . .	658
Segunda expedição Roçadas ao Cuamato . . . . .	658
Mufile . . . . .	660
Macuvi . . . . .	661
Tomada das embalas do Cuamato . . . . .	663

V. Expedição João de Almeida aos Dembos . . . . .	665
Combate de Columbe . . . . .	667
Combate de Casoangongo . . . . .	668
Últimas operações . . . . .	668
VI. Ocupações do sul de Angola . . . . .	670
Operações de 1908 . . . . .	673
Operações de 1909 . . . . .	674
Operações de 1910 . . . . .	676
Última fase das operações. . . . .	680
III. Expedições e campanhas noutras colónias . . . . .	681
IV. Últimos acontecimentos e proclamação da República . . . . .	683

